

APRESENTAÇÃO



2018

AGENDA 21 PARANÁ

Bases para o Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável

Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

2018

Maria Aparecida Borghetti
Governador do Estado do Paraná

Antonio Carlos Bonetti
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Rosana Vicente Gnipper
Coordenação das Ações da Agenda 21 Paraná
Coordenadora Geral do Fórum Permanente da Agenda 21
Paraná

Valdir Donizete de Moraes
Coordenação Temática do Fórum
Coordenação Executiva do Fórum

Roberto Gava
Associação Comercial do Paraná – ACP

Maurício Barcellos Degelmann
Instituto GT3
Janaína de Fátima Chudzik
Instituto Histórico e Geográfico do Paraná – IHGPR

Adriano V. Wild
Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais

Ivo Sérgio Pereira Santos
Organização Ambiental Sócio Agro Arte Cultural Brinque e Limpe

Maria Inês Terbeck
Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDU

Tamara Simone Van Kaick
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

Valdir Donizete de Moraes
Associação Ambientalista Ecoforça

Rosana Vicente Gnipper
Coordenação Fórum Ag21 – SEMA

Ana Gabriela Ramos da Silva
Design e Diagramação

COM A PALAVRA:

Antonio Carlos Bonetti

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

A **Agenda 21** Paraná tem como objetivo, por meio de planejamento participativo e diálogos, planejar e visualizar ações a respeito das práticas que podem conduzir a sociedade ao desenvolvimento sustentável. Contempla uma análise crítica da situação atual para que se possam estabelecer ações inovadoras e empreendedoras, novos modelos de consumo, mudanças de hábitos, desenvolvendo novas tecnologias imprescindíveis tanto para o presente como para as futuras gerações.

A elaboração do documento **Agenda 21 Paraná** se deu por meio do *Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná*, um coletivo sediado na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e que atua de forma continuada desde 2004, quando de sua criação. A construção dessa agenda positiva, visa nortear ações locais, no caso o estado do Paraná, frente ao desafio global do desenvolvimento sustentável.

Pelo histórico de suas atividades desenvolvidas pelo *Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná* pode-se perceber todo o processo interinstitucional que resultou neste precioso documento, uma Agenda para o século XXI, de âmbito estadual, de relevante importância para conceituar e direcionar ações no Paraná, especial-

mente para a aplicação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS. Contempla propostas de ações que envolvem as questões sociais, econômicas e ambientais, sob a ótica de gestão integrada entre governo e sociedade.

Schirle Margaret dos Reis Branco (Socióloga)

*Coordenadora do Fórum Permanente da
Agenda 21 Paraná - 2004 a 2010
Coordenação de Apoio ao Processo Participativo
nas Unidades de Conservação
Diretoria de Áreas Protegidas e Biodiversidade
Instituto Ambiental do Paraná*

Início as menções postas sobre o contexto de Agenda 21, com muito orgulho de ter convivido no Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, com pessoas que internalizam e praticam os preceitos deste documento de notória importância para a Humanidade.

O registro histórico com referência ao contexto de Agenda 21, nos remete a refletir sobre a participação de inúmeros cientistas, sociedade civil, ambientalistas, estudiosos das causas socioambientais, governantes, empresários, políticos, profissionais, público em geral que se envolveram em conferências, congressos, seminários, reuniões ao longo da metade do Século XX e XXI.

Relatórios e mais relatórios no alerta planetário sobre as questões ambientais nas diversas dimensões, sociais, culturais, econômicas e políticas no intuito de conclamar os povos para com a deterioração contínua dos ecossistemas e juntos construir um futuro melhor para todos.

Nações, povos se juntam e através da ONU reúnem os relatórios, estudos, pesquisas e em Conferência como a das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 lançam o documento Agenda21.

Conferência que registrou como a maior reunião de chefes de Estado da história da humanidade, com a participação de 179 países. Teve como principal tema a discussão sobre o desenvolvimento sustentável e sobre como reverter o atual processo de degradação ambiental.

Desafio aos países, e ao Brasil, de singular significância, pois acolhia a todos naquela ocasião, em propor um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

As assinaturas dos signatários impõem compromissos claros e de políticas comprometidas com um novo padrão de desenvolvimento e de práticas sustentáveis para com o meio ambiente das atuais e futuras gerações do século XXI.

Transformar os capítulos em áreas de programas governamentais a grande tônica dos últimos governos Estaduais e Municipais, afinal o Brasil é signatário e o século XXI não acabou.

Referências como o Fórum Permanente da Agenda XXI do Paraná, que atua com firmeza na busca incansável de cumprir com a ONU, a Agenda Internacional de esforços globais em ações locais de desenvolvimento sustentável dos recursos naturais.

Experiências em participar da Rede Brasileira de Agendas XXI Locais, de estímulo aos municípios, de envolvimento com as Universidades, Movimentos Sociais, Empresarial, Organizações não Governamentais são destaques em desafios realizados e em processo no Estado do Paraná.

Convergir com os demais Fóruns, como o Fórum Econômico Mundial, que define o Pacto Global de 2000, com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que surgiram da Declaração do Milênio das Nações Unidas, em 2000, da Conferência Rio+20 e do ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2015 que vem atualizando os objetivos do Milênio é de suma importância.

Destarte, nenhum substitui o outro, é complementar em tempo, fatos históricos, de representatividades específicas e de compromissos firmados, enquanto Atos Internacionais, dentro de seus respectivos campos de competência.

Adiante, pois, integrantes do Fórum Permanente da Agenda

21 do Paraná, na competência que lhes cabe, nestes últimos anos perante o Estado, o Brasil e a ONU.

Rosana Vicente Gnipper (Psicóloga)

*Coordenadora do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná
Secretaria de Estado do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Paraná*

É com imensa satisfação e muita responsabilidade que apresento, em particular para a sociedade paranaense e em nome do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, o documento “Agenda 21 Paraná” elaborado após trabalho dedicado dos seus membros durante os últimos três anos. Tenho a honra de coordenar os trabalhos realizados por este Fórum desde fevereiro de 2011, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que abrigou as iniciativas da Agenda 21 no estado desde o início deste século, no ano de 2.000, resultando na instalação do Fórum em setembro de 2004 por meio do Decreto 2547/2004, que define suas atribuições e composição, unindo governo e sociedade para, juntos, traçarem diretrizes e ações para o desenvolvimento sustentável no Paraná.

Agradeço do fundo da minha alma a contribuição de cada um que fez parte deste trabalho desde seu início. Uns chegaram, outros se foram e outros ainda estão firmes no processo. Seria impossível nominar cada um, mas sabemos que de uma forma ou de outra estamos todos conectados por um mesmo ideal. Citando a socióloga Schirle Margareth dos Reis Branco, que deu os primeiros passos para a implantação da Agenda 21 no Paraná e o engenheiro Carlos Melo Garcias que sempre foi um ferrenho apoiador da Agenda 21 e nosso fiel conselheiro e ombro amigo, sintam-se todos homenageados.

Para mim, a Agenda 21 é a mais importante ferramenta de planejamento para o Século XXI, no que diz respeito à adoção de medidas para assegurar a vida no planeta. A Agenda 21 é de uma profundidade sem igual comparada a outros acordos internacionais, até porque é extensa em seu conteúdo e abordagem. Con-

clama a todos nós para irmos a fundo a buscar soluções para os problemas enfrentados e provocados pela humanidade e propõe uma mudança de rumo civilizatório para garantir as futuras gerações, a proteção do planeta em todos os âmbitos e das demais formas de vida, além da humana.

Cabe lembrar que a Agenda 21, assim como outros acordos firmados ao longo da Rio-92, foi ratificada na Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, realizada no Rio de Janeiro em 2012 sendo, portanto, um documento necessário para a atualidade.

A Agenda 21 Paraná definiu para suas discussões e recomendações alguns princípios fundamentais, quais sejam: precaução, responsabilidade compartilhada, participação com envolvimento e visão biocêntrica.

Muitos desafios estão postos e outros virão, com toda certeza, pois o entendimento que as ações de curto prazo ou emergenciais são as mais importantes nos deixa com muita dificuldade na implantação imediata de ações cujos resultados virão no médio e longo prazo. Esse é o desafio maior que percebo que precisamos enfrentar e romper. Não teremos um mundo melhor se ficarmos focados somente nos dias de hoje, é preciso planejar o futuro! Precisamos de um investimento de longo prazo, iniciando já, com metas muito bem estabelecidas, que necessitam de certo desapego a interesses pessoais, políticos, corporativos, para a garantia da vida, em todas as suas formas, para a garantia da qualidade de vida para todos, com justiça social, desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

Estão contidas neste documento várias propostas de ações que rumam nesse sentido e que requerem, na sequência dos trabalhos do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, que sejam feitas as pactuações necessárias entre os diversos atores sociais para sua efetividade e estabelecimento de metas e indicadores para o seu acompanhamento.

Ao analisarmos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, elaborados após a Rio+20, compreendemos a interligação dos ODS com a Agenda 21 e a necessidade desses processos serem trabalhados interligados, até porque os ODS estabelecem metas e indicadores para uma Agenda até 2030.

Cito, por considerar atual e de muita profundidade, um parágrafo da obra “Agenda 21”, elaborada pela Câmara dos Deputados – Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, em 1995, em que o então deputado Sarney Filho, escreveu na Apresentação: ... *“as mudanças que serão necessárias em termos de valores, de modelos produtivos e padrões de consumo configuram uma verdadeira revolução cultural. É preciso conquistar os corações e as mentes das pessoas para a causa ambiental, causa esta que, na verdade, não se restringe a questões exclusivamente ecológicas, mas engloba também desafios como a erradicação da pobreza, a firmação global e irrestrita dos direitos humanos e a consolidação da paz entre os povos. Esta é, portanto, uma obra de toda a sociedade” ...*”A Agenda 21 é ao mesmo tempo o mapa e o roteiro para a construção de uma sociedade sustentável. Favorecer a sua divulgação é contribuir para a sua efetiva realização.”...

Em frente! Temos muito, ainda, a realizar.

APRESENTAÇÃO:

Este documento é o resultado do esforço e das contribuições de inúmeras pessoas representantes de entidades do poder público e da sociedade civil organizada, que desde 2002 com a criação da Comissão Governamental por meio do Decreto 5782 de 12 de Junho de 2002 e, principalmente, a partir de 2004, com a criação do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná pelo Decreto 2547, de 04 de fevereiro de 2004, vem se mobilizando visando estabelecer o desenvolvimento sustentável do Paraná.

Tantas mobilizações originaram importantes publicações nesse período: “Seminários Macrorregionais da Agenda 21 Paraná” (2002), “Diálogos Paraná” (2006), “Pacto 21 Universitário” (2007), “A Agenda 21 no Movimento Popular” (2009), “Guia Agenda 21 Empresarial” (2010), “Pacto Paraná Sustentável” (2010) e “Paraná: O Futuro que Queremos” (2012).

A partir de 2013, para que o estado do Paraná pudesse ter sua Agenda 21 iniciou-se o processo de elaboração do documento “Agenda 21 Paraná”, propiciando o maior envolvimento possível da sociedade paranaense a fim de definir as diretrizes para o desenvolvimento sustentável do Paraná.

Para tanto, foram realizadas duas Consultas Públicas, Conferências Livres, Oficinas Temáticas e um intenso trabalho dos GTT – Grupos de Trabalho Temáticos do Fórum Permanente

da Agenda 21 Paraná, tendo por base os documentos até então elaborados pelo Fórum.

Este trabalho contém 6 (seis) Temas Norteadores, 51 (cinquenta e um) Eixos Temáticos e 441 (quatrocentos e quarenta e uma) Propostas. Neste documento procurou-se estabelecer a maior abrangência e profundidade possível em todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável.

Os Temas Norteadores são:

- 1) Recursos Naturais e Biodiversidade;
- 2) Pesquisa, Inovação, Ciência e Tecnologia;
- 3) Padrões de Produção e Consumo;
- 4) Infraestrutura e Integração;
- 5) Direitos Humanos e de Todas as Formas de Vida;
- 6) Governança e Empoderamento.

CONFIGURAÇÃO ECONÔMICA, DEMOGRÁFICA, SOCIAL E AMBIENTAL DO ESTADO DO PARANÁ

Claudio Jesus de Oliveira Esteves

(Geógrafo – pesquisador do IPARDES)

Ana Claudia Müller

(Bióloga – pesquisadora do IPARDES)

Tradicionalmente, a economia do Paraná está baseada na agricultura. Nas últimas décadas do século XX e início do XXI a economia paranaense dinamizou-se com mudanças significativas na agricultura, na pecuária, no incremento da agroindústria, com diversificação e fortalecimento industrial, do setor de serviços e na infraestrutura e na capacidade técnico científica.

Em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná somou R\$ 376,96 bilhões. Este valor, que representou um recuo de 3,4% em relação ao ano de 2014, indica a participação de 6,3% no PIB brasileiro e confere ao estado a 5ª posição no ranking nacional. Segundo o IBGE, o PIB per capita de 2015 foi estimado em R\$ 33.960,33. Embora se observe na década de 2010 uma queda na participação para outras regiões do Estado, a produção do PIB se concentra especialmente na Região Metropolitana de Curitiba e nas Regiões Metropolitanas de Londrina e Maringá que, juntas, respondiam em 2015 por cerca de 55% do PIB estadual.

As transformações na economia do Paraná, notadamente as mudanças ocorridas no campo e as decorrentes da industrialização, influem nos movimentos migratórios e na concentração da população nos centros urbanos do Estado.

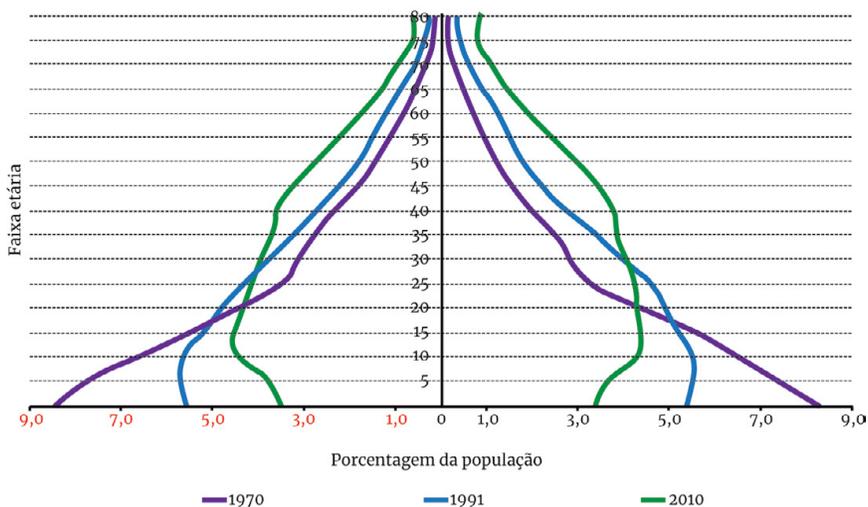
No ano de 2010 viviam no Paraná 10,4 milhões de habitantes.

Os dados do último censo demográfico revelaram que as Regiões Metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá, juntas, concentravam quase metade dos habitantes do Estado.

Além disso, os resultados do censo demográfico (2010) também revelaram que 85,3% da população do Paraná habitavam em áreas não rurais. Em contraposição, especialmente municípios do Vale do Ribeira e uma considerável parte dos localizados na região central do Estado apresentavam taxas de urbanização inferiores a 50%.

Acompanhando o cenário nacional, o Censo Demográfico de 2010 confirmou a tendência de envelhecimento da população. Este quadro tem sua explicação na interação entre as consequências da intensa queda da fecundidade, no aumento da expectativa de vida da população e nos processos migratórios (MAGALHÃES e CINTRA, 2012). Estas alterações ficam evidenciadas na comparação entre as pirâmides etárias de 1970, 1991 e 2010 (Gráfico 1) de onde se depreende que de um contorno com alta participação de crianças e jovens, paulatinamente a população paranaense passou a exibir crescente proporção de idosos em sua composição etária.

Gráfico 1 - Pirâmides etárias - Paraná - 1970, 1991 e 2010



O envelhecimento da população também apresenta diferenciações espaciais, que podem ser medidas pelo índice de idosos, que indica a proporção entre o número de pessoas com 65 e mais anos de idade e o número de crianças e jovens abaixo de 15 anos. O censo de 2010 apontou que as regiões Noroeste, Centro-Occidental, Norte Central e Norte Pioneiro do Paraná apresentavam a grande maioria dos seus municípios com proporções acima de 30 idosos para cada grupo de 100 jovens. Outra tendência confirmada foi o predomínio da população feminina sobre a masculina em todas as regiões do estado, com exceção do sudeste. (MAGALHÃES e CINTRA, 2012).

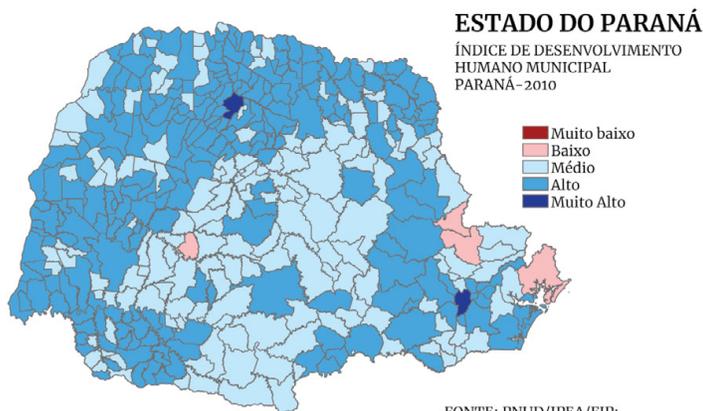
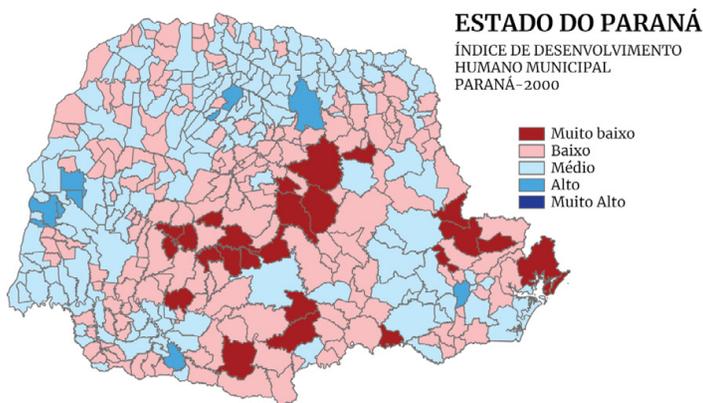
Ao projetar a população do Paraná para o futuro próximo o IPARDES¹ - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social estima uma população aproximada de 11,5 milhões em 2020 e de 12 milhões para 2030. Se confirmada, esta projeção reflete a diminuição no ritmo de crescimento populacional, fator observado desde o final do século passado. Também aponta a tendência de concentração espacial da população nas regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina, Maringá que no ano de 2030 viriam a concentrar mais da metade da população paranaense.

Embora haja uma incerteza em relação ao futuro das condições sociais da população, o começo do século XXI foi marcado por avanços, reflexo dos programas e políticas públicas sociais do período. O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ATLAS...,2013) apontava que o IDHM² nacional avançou de 0,612 em 2000 para 0,727 no ano de 2010, enquanto que no Paraná, na mesma década, o índice evoluiu de 0,650 para 0,749. Esta condição representou

¹ Disponível em Iparades/BDEWeb: <http://www.ipardes.pr.gov.br/>

²O IDHM é um índice composto que agrega três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável (IDHM Saúde); de ter acesso a conhecimento (IDHM Educação) e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas (IDHM Renda).O índice varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas de desenvolvimento humano municipal: 0,000 a 0,499 - muito baixo;0,500 a 0,599 - baixo; 0,600 a 0,699 - médio; 0,700 a 0,799 - alto; e 0,800 e mais - muito alto.

um avanço na faixa deste índice de desenvolvimento humano, que anteriormente era classificada como média, para o patamar considerado como de IDHM alto. Observa-se que o IDHM evoluiu em todos os municípios do Estado. Se no ano 2000 vários municípios do Paraná, notadamente no Vale do Ribeira e na região central do Estado, tinham índices classificados como muito baixo, em 2010 nenhum município foi considerado nesta condição. Entretanto, apesar de todo o avanço verificado no desenvolvimento humano dos municípios paranaenses, as cidades de Doutor Ulysses, Cerro Azul, Guaraqueçaba e Laranjal ainda tinham, em 2010, IDHM considerado baixo e cerca de 150 municípios ainda estavam na faixa considerada como médio (FIGURA 1).



FONTE: PNUD/IPEA/FJP;
 BASE CARTOGRÁFICA ITCG (2010)

A evolução no IDHM estadual no período 2000-2010 aconteceu nos três componentes que formam o índice. No IDHM longevidade o Estado atingiu em 2010 o patamar considerado como muito alto, enquanto que no componente renda se manteve no nível alto e no referente à educação o Paraná ainda continuava com índice médio.

O Radar IDHM do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (RADAR..., 2016) confirmou a tendência de evolução neste índice para os primeiros anos da década de 2010. Para o ano de 2014 o IDHM em nível nacional atingiu o valor de 0,761 e no Paraná 0,790. No Estado manteve-se o quadro de avanço nas três dimensões que compõem o IDHM, sendo que no componente educação houve evolução do patamar considerado médio para alto.

No que pese os avanços sociais do início deste século XXI, refletidos no avanço do desenvolvimento humano em nível estadual, algumas questões devem ser levadas em consideração. Inicialmente ressaltam-se as diferenciações socioespaciais no nível de desenvolvimento humano entre as diferentes regiões do estado (Figura 1). Destaca-se um nítido contraste do patamar alto das porções do Estado sob influência das regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Toledo e da cidade de Ponta Grossa e da Região Sudoeste em contraposição aos baixos índices encontrados no centro, sudeste e no Vale do Ribeira. Também é sabido que mesmo nas localidades de IDHM mais elevado, por se tratar de um índice que leva em consideração as médias ponderadas, existem diferenciações internas, traduzidas, por exemplo, na segregação sócio-espacial existente nos centros urbanos mais dinâmicos do Estado.

A definição dos contornos atuais do uso e ocupação do território é resultado dos vários processos que se sobrepõem ao longo da estruturação da economia e da sociedade paranaense. Em sua dinâmica, cada um dos diferentes processos se realizou com abrangência espacial diferenciada. Enquanto a exploração agropecuária foi direcionada fundamentalmente pelas condições de

sua base física, os adensamentos urbanos obedecem à lógica de um desenvolvimento que tende a concentrar a população à disponibilidade de infraestrutura e serviços.

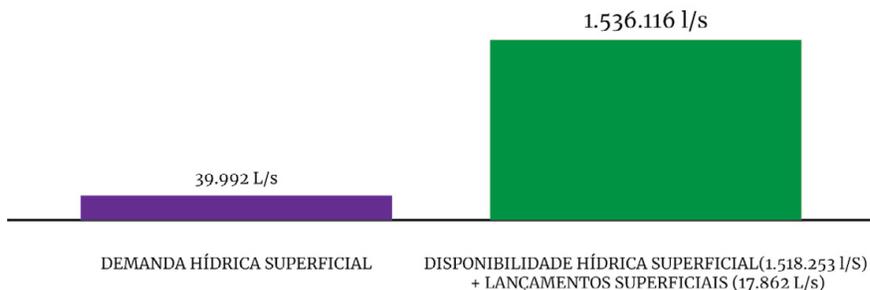
Nos anos 50, quando o território do Paraná tem sua ocupação intensificada pela expansão da fronteira agrícola e se integra à economia nacional como importante produtor de café, a paisagem natural ainda cobria amplamente as várias regiões com grande representatividade das distintas formações vegetais ou Regiões Fitogeográficas (MAACK,1950). A trajetória de avanço e rápido declínio da cafeicultura dão lugar a um acelerado ritmo de substituição dos padrões produtivos até então vigentes a partir da produção de grãos que se realiza de forma intensiva, mecanizada e com forte incorporação de agroquímicos. Esse processo se estende com grande velocidade ocupando primeiramente regiões do Estado com solos de melhor fertilidade e relevo favorável, e marginalmente várias outras regiões. Esse desenvolvimento se realizou alterando substancialmente a paisagem nativa, restando parcelas reduzidas dos ambientes originais.

Dos ambientes com formação florestal, campos naturais e cerrados que ocupavam 99,5% do território, restam, em 2012, apenas 2.4 milhões de ha (SOS MATA ATLÂNTICA/INPE, 2013), que correspondem a 12,13 % do seu território, com florestas nativas, concentradas em maciços no interior do Estado e na Bacia Litorânea, e inúmeros fragmentos de vegetação distribuídos em outras regiões. A Floresta de Araucária e os Campos Naturais são as formações vegetais nativas que encontram-se em risco eminente, restando apenas 4% da floresta nativa de araucária e 0,90% dos ambientes originais de Campos Naturais e Cerrados.

Com relação aos recursos hídricos, apesar de o Paraná apresentar relativa abundância em seus estoques, a qualidade das águas utilizadas para o abastecimento doméstico tem se mostrado cada vez mais comprometida, devido principalmente ao crescente aumento da densidade populacional nos grandes centros urbanos do

Estado. Os impactos mostram-se de diversas formas, como despejo de esgotos domésticos não tratados, lixo sem destino adequado e descarga de substâncias tóxicas industriais que, além de comprometer a qualidade do abastecimento público, aumentam os custos do tratamento. Na área rural, outros impactos estão relacionados à deterioração dos recursos hídricos, tais como lançamento de fertilizantes e agrotóxicos, construção de barragens e erosão dos solos com consequente assoreamento dos rios.

GRÁFICO 2 - BALANÇO HÍDRICO SUPERFICIAL - PARANÁ



FONTE: IPARDES(2013)

Quase 52 mil l/s de água doce são consumidos a cada ano no Estado, o que corresponde à média de consumo de água de 195 l/hab./dia (SUDERHSA, 2009), sendo que no Brasil o consumo médio doméstico é de 92 L/hab./dia e no mundo é de 170 L/hab./dia.

Se, por um lado, o Paraná apresenta um balanço hídrico confortável, no qual somente cerca de 3% dos recursos superficiais disponíveis são consumidos, não se pode esquecer que enquanto o volume total de águas doces permanece o mesmo, cresce a quantidade de água consumida e, mais que isso, cresce a quantidade de mananciais de abastecimento poluídos por esgoto doméstico nas grandes cidades.

O serviço de coleta de lixo, do mesmo modo que os demais serviços de saneamento, está voltado prioritariamente para as áreas urbanas sendo que o destino dos resíduos sólidos ainda é

um grande problema ambiental, uma vez que, somente 46% dos municípios dispõe os resíduos em aterros sanitários, e o restante, 31% utilizam aterros controlados e 23% usam lixões.

Apesar de o Paraná já apresentar 52% de seu consumo energético oriundo de fontes renováveis de energia, deve-se ressaltar que o Estado ainda conta com expressivo potencial de expansão de produção de outras fontes renováveis, como as florestas energéticas, biogás, as eólicas e solares e ainda a inclusão de novas tecnologias para as PCHs. Ações estas que consolidariam no Estado um perfil energético sustentável e com maior eficiência.

Referências:

Atlas Do Desenvolvimento Humano No Brasil. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>. Acesso em dezembro de 2016.

IBGE. Censo Demográfico 2010.

IPARDES. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por bacias hidrográficas do Estado do Paraná. 245 p. 2013.

MAGALHÃES, Marisa Valle; CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. Dinâmica Demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.122, p. 263-291, jan./jun. 2012.

Radar IDHM. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/radar-idhm/>. Acesso em dezembro de 2016.

O QUE É AGENDA 21



Agenda 21 não é e nem pode ser um “programa” ou “projeto” dessa ou daquela prefeitura, ONG, OSCIP, empresa, etc., e muito menos uma agenda somente ambiental.

A Agenda 21 é um dos principais resultados da “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” – Rio 92, tendo sido assinado em 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, por representantes de 179 países, podendo ser definida como um “instrumento de planejamento e gestão participativos visando o desenvolvimento sustentável”. A Agenda 21 foi ratificada no documento final da “Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável” – Rio+20.

Para a Agenda 21 se tornar realidade é imprescindível que haja a participação e o envolvimento de toda a comunidade através do diagnóstico participativo da realidade local, da elaboração e implementação do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, com constante monitoramento e avaliação, e periódica revisão e realimentação do mesmo.

Não se preocupa apenas com os efeitos dos problemas, sejam ambientais, sociais ou econômicos. A Agenda 21 procura suas reais causas e propõe um plano com metas de curto, médio e longo prazo visando agir na causa para solucionar o problema de forma definitiva, buscando o desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável, mais comumente utilizado até os dias atuais, foi apresentado em 1987 no relatório “Nosso Futuro Comum” (Our Common Future), conhecido como Relatório Brundtland por ter sido presidido por Gro Harlem Brundtland, primeira ministra da Noruega:

“Desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas”.

No entanto consideramos, também, outras dimensões para o conceito de desenvolvimento sustentável além das econômicas, sociais e ambientais: cognitiva, cultural, vivencial, emocional, espiritual, ética e afetiva.

Em observância ao conceito apresentado, cabe à Agenda 21 provocar uma reflexão sobre quais as reais necessidades da humanidade. Aqui tratamos dos recursos naturais em quantidade e qualidade compatíveis para a vida da humanidade. Se partirmos dos princípios de acumulação de riquezas, desperdício e falta de planejamento não haverá nenhum documento ou ação que dê conta de planejar um futuro sustentável.

Logo, obviamente, deve-se a todo o momento (re)pensar um novo modo de ver e pensar o mundo na Agenda 21.

Importante salientar que o desenvolvimento sustentável só

ocorre quando a atividade econômica propicia a justiça e a promoção social, além de proteger e melhorar o meio ambiente

**“A Agenda 21
não tem dono, é
de TODOS”.**

A Agenda 21 tem por objetivo a construção do DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL garantindo a soberania popular e efetivando a democracia participativa.

**Se o processo não for participativo
e se o objetivo não for estritamente o
desenvolvimento sustentável,
NÃO é Agenda 21.**

TRAJETÓRIA DA AGENDA 21 NO PARANÁ

FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ



***“Sociedade e governo estabelecendo
limites e atitudes para assegurar a vida”***

O Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná foi criado pelo Decreto 2547, de 04 de fevereiro de 2004. É composto por representantes de instituições governamentais e não governamentais, bem como de pessoas físicas que dele queiram participar, na categoria de “participantes ativos”. É regido por um Regimento Interno e tem como atribuições:

- I - Definir as ações da Agenda Estadual, a partir de temas norteadores indicados pela sociedade paranaense, e sob a perspectiva de construção de metas e estratégias do desenvolvimento sustentável;
- II - Sistematizar as ações definidas sob a forma de documento denominado Agenda 21 Paraná;

- III - Estabelecer formas de implementação desta Agenda pelo governo e pela sociedade;
- IV- Dar início aos trabalhos de implementação das ações da Agenda, em uma dimensão emergencial, de curto, médio e longo prazo;
- V- Instituir instâncias regionais de debates e de mobilização pública com vistas a dar visibilidade às ações pretendidas e consubstanciar o processo construtivo da Agenda 21 Paraná;
- VI - Efetuar as articulações necessárias para o cumprimento da Agenda 21 Paraná, enaltecendo os princípios de precaução, de responsabilidade compartilhada, da participação com envolvimento, fundamentados na visão biocêntrica.

COMPOSIÇÃO

ACP – Associação Comercial do Paraná
APAVE – Associação dos Protetores de Áreas Verdes de Curitiba e Região Metropolitana
Associação Ambientalista Ecoforça
Associação de Ciclistas do Alto Iguaçu – CICLOIGUAÇU
Casa Civil
COPEL – Companhia Paranaense de Energia
CREA-PR – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Florestas
FACIAP – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná
FECOMÉRCIO - PR – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Paraná
FESP – Faculdade de Educação Superior do Paraná
FIES – Faculdades Integradas Espírita
IBAMA/PR – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IEP – Instituto de Engenharia do Paraná

Instituto das Águas do Paraná – Águas Paraná
Instituto Gt3 – Grupo de Trabalho do Terceiro Setor
IHGPR – Instituto Histórico e Geográfico do Paraná
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômi-
co e Social
Itaipu Binacional
Instituto de Estudos Ambientais – MATER NATURA
Movimento SOS Bicho, Educação, Meio Ambiente e Direito Ani-
mal
MP/PR – Ministério Público do Estado do Paraná
NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores
Organização Ambiental Sócio Agro Arte Cultural Brinque e Limpe
PGE – Procuradoria Geral do Estado
SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná
SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
SEAP – Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
SECS – Secretaria de Comunicação Social
SEDS – Secretaria da Família e Desenvolvimento Social
SEDU – Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEEC – Secretaria de Estado da Cultura
SEED – Secretaria de Estado da Educação
SEET – Secretaria de Estado do Esporte e Turismo
SEIL – Secretaria de Infraestrutura e Logística
SEJU – Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Hu-
manos
SESA – Secretaria de Estado da Saúde
SESP – Secretaria da Segurança Pública e Administração Peni-
tenciária
SINDUSCON PR – Sindicato da Indústria da Construção Civil do
Paraná
Sistema Ocepar – Organização das Cooperativas do Paraná
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná

UFPR – Universidade Federal do Paraná
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste-Paraná
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNILIVRE – Universidade Livre do Meio Ambiente
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LINHA DO TEMPO

2001 – Organizado debate entre representantes do governo e da sociedade, com a finalidade de se definir estratégias e ações a serem priorizadas; ocasião em que o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos assume, oficialmente, o compromisso de coordenar e implementar a Agenda 21 no Paraná.

2002 – O Decreto 5782 de 12 de Junho de 2002 instituiu a Comissão Governamental visando às articulações necessárias para a instalação do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, tendo em vista a garantia da participação dos diferentes segmentos da sociedade.

2002 – Realizados “Seminários Macrorregionais da Agenda 21 Paraná” no mês de agosto, sendo dia 15 em Foz do Iguaçu, dia 20 em Maringá, dia 22 em Londrina e dia 05 de setembro em Curitiba, nos quais os participantes foram estimulados a apresentar propostas de ação. A partir desses eventos foram definidos nove Temas Norteadores: Agricultura Sustentável, Segurança Nutricional, Gestão Social e Terceiro Setor, Biodiversidade, Gestão dos Recursos Hídricos, Diversidade Espacial e Integração Regional, Direitos Humanos, Produção Científica e Tecnológica e Padrões de Produção e Consumo.

2004 – Instituído o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, por meio do Decreto Governamental 2547, de 04 de fevereiro de 2004, sob a perspectiva da construção de metas e estratégias do Desenvolvimento Sustentável para o Paraná.

2006 – Os Temas Norteadores passaram a ser os seguintes: Agricultura Sustentável/Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional, Gestão Social e Terceiro Setor, Biodiversidade, Gestão dos Recursos Hídricos, Diversidade Espacial e Integração Regional, Direitos Humanos e de Todas as Formas de Vida, Produção Científica e Tecnológica, Padrões de Produção e Consumo e Educação.

2007 – Assinatura do “Pacto 21 Universitário”, que estabeleceu um compromisso firmado com Instituições de Ensino Superior (IES) na busca de alternativas sustentáveis, cuja viabilização se daria por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e de ações.

2009 – Realizado o Seminário Estadual “A Agenda 21 no Movimento Popular”, no dia 01 de agosto de 2009, em Curitiba.

2009 – Realização do Seminário Internacional “Experiências de Agendas 21: Os Desafios do Nosso Tempo”, em novembro de 2009, em Ponta Grossa – PR, com 562 participantes, representativos de 06 países, 15 estados do Brasil, 92 cidades brasileiras, que elaboraram metas prioritárias de curto, médio e longo prazo, a serem viabilizadas nos anos de 2010, 2015 e 2021, respectivamente, resultando no documento “Pacto Paraná Sustentável”.

2010 – Publicação do “Guia Agenda 21 Empresarial”.

2010 – Criado, em dezembro, o Grupo de Trabalho Rio+20.

2011 – O Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, com base nos dez temas norteadores, organizou-se em dez Grupos de Trabalho Temáticos – GTT, que passaram a reunir-se sistematicamente durante todo o ano, com o objetivo de analisar as metas estabelecidas no documento “Pacto Paraná Sustentável”.

2012 – Instalação, em março, do “Comitê Paranaense para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20”, criado pelo Decreto Estadual nº 3508, de 14 de dezembro de 2011.

2012 – Com o intuito de ampliar e democratizar o processo participativo no Comitê foram realizadas reuniões por segmento (ONGs, Movimentos Sociais, Trabalhadores, Comunidade Aca-

dêmica, Setor Empresarial e Setor Governamental) e aberta uma Consulta Pública, disponibilizada a todo cidadão, via Internet, que resultou em inúmeras reflexões e propostas, as quais, após submetidas a plenárias de aprovação, se encontram sistematizadas no documento “Paraná o Futuro que Queremos”.

2013 – Realização de seis encontros regionais “A Agenda 21 no Movimento Social”, com a participação de 245 pessoas, por meio de demanda gerada pelo GTT Gestão Social e Terceiro Setor.

2013 – Iniciado o processo de elaboração do documento Agenda 21 Paraná.

2013 – Realinhamento dos Temas Norteadores, que passam a ser os seguintes: Direitos Humanos e de Todas as Formas de Vida; Padrões de Produção e Consumo; Recursos Naturais e Biodiversidade; Infraestrutura e Integração; Pesquisa, Inovação, Ciência e Tecnologia; Governança e Empoderamento.

2013 – Implantada a “Semana Agenda 21”, a qual deverá ser realizada anualmente na semana do dia 21 de setembro com o objetivo de dar visibilidade e conhecimento público do processo e do conteúdo da Agenda 21 e, ao mesmo tempo, incentivar que as instituições membros do Fórum realizem seus processos locais, propiciando o engajamento das instituições nas responsabilidades compartilhadas que levem ao êxito os processos de Agenda 21.

2014 – Realizada Consulta Pública e nove Conferências Livres por instituições membro do Fórum, para receber contribuições ao documento-base do processo de elaboração do documento “Agenda 21 Paraná”.

2014 – Criada a Rede Estadual de Direitos Animais – REDA, por meio do Decreto 10557, de abril de 2014.

2015 – Realizados seis Seminários Temáticos, de acordo com os Temas Norteadores, com objetivo de identificar eventuais lacunas no texto-base para o documento “Agenda 21 Paraná”.

2016 – Realizada Consulta Pública com o objetivo de finalizar o

recebimento de contribuições da sociedade para o documento em elaboração.

2016 - Finaliza a sistematização do documento “Agenda 21 do Paraná”.

2017 – Aprovação da redação e formatação final do documento “Agenda 21 do Paraná”.

TEMAS NORTEADORES

Recursos Naturais e Biodiversidade

Contempla a questão ambiental em si, ao tratar do ar, água, solo, fauna, flora e dos ecossistemas, estabelecendo conservação, preservação dos ambientes naturais, recuperação e melhoria dos ambientes degradados, poluídos e contaminados.

Pesquisa, Inovação, Ciência e Tecnologia

Envolve todas as iniciativas que tem por objetivo alavancar o desenvolvimento sustentável, incrementando recursos e estruturas em pesquisas, ensino, processos e tecnologias de produtos tradicionais e/ou inovadores de acordo com os princípios da Ética, Gestão Participativa e Valorização de Ideias, proporcionando a conversão de empresas, indústrias e serviços a atuarem em bases sustentáveis, transformando o conhecimento em melhoria da qualidade de vida para todos os seres. Considera a ampla participação de instituições dos diversos segmentos da sociedade.

Padrões de Produção e Consumo

Com enfoque na atividade econômica em conformidade com os três setores da economia: setor primário – agricultura, silvicultura, mineração; setor secundário – envolvendo a transformação de um produto em outro, através da manufatura e da industrialização; setor terciário – basicamente comércio e prestação de serviços, incluindo também o marketing, a publicidade e a propaganda. Envolve também a defesa dos direitos do consumidor, a informação e a educação para o consumo consciente e responsável. Em síntese: o que, como, onde, quando e para quem produzir, de forma eficiente, evitando ao máximo impactos ambientais negativos, promovendo a justiça social.

Infraestrutura e Integração

Visa tratar de questões como energia, transporte, comunicações, saneamento, mobilidade, planejamento urbano, ou seja, como estruturar o desenvolvimento sustentável nas diversas bases territoriais buscando a integração e a eliminação das desigualdades regionais.

Diretos Humanos e de Todas as Formas de Vida

Este tema tem o foco voltado ao cumprimento das necessidades dos seres humanos, tratando de temas como alimentação, moradia, saúde, educação, segurança, cultura, lazer, redução da pobreza, combate a toda forma de preconceito e discriminação, estendendo aos demais seres os direitos fundamentais tais como liberdade, não exploração e trato digno.

Governança e Empoderamento

Abrange todas as tratativas da gestão pública, do planejamento, da responsabilização de cada segmento da sociedade e da forma de participação de cada grupo específico.